

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/2015

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Pais -----

---- **1.ª SECRETÁRIO/A:** Dr.ª Cristina Matos -----

---- **2.ª SECRETÁRIO/A:** Sr. António Fernandes -----

---- Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia quinze de setembro.-----

---- Sendo vinte e uma horas e dez minutos foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: senhor Justino Fernandes, Dr. Jaime Pinto, Dr. Marco André Machado, Dr.ª Ângela Tomás, Eng.º Luís Silva, e senhores Rui Filipe Coelho e Alexandre Constantino, presidentes da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato e União de Freguesias de Tavares, respetivamente.-----

---- Justificaram as faltas os senhores: Dr.ª Ângela Tomás, Eng.º Luís Silva. -----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta dos senhores, Dr. Marco Machado e Rui Filipe Coelho, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, à sessão ordinária desta Assembleia Municipal do dia trinta de junho de 2015. -----

---- Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, vice-presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício, vereadores Dr.ª Maria José Coelho, João Lopes, Dr. Rui Ardérius, Dr. Aníbal Maltez e Dr. Joaquim Messias.-----

---- A senhora Doutora *Leonor Pais* interveio para fazer a seguinte declaração: -----

“Quero deixar publicamente expressa as minhas enorme preocupação e angústia relativas à situação dos milhares de migrantes que lutam por um futuro menos sombrio. Quero deixar expresso o meu desejo que os governantes sejam capazes de ultrapassar os obstáculos impeditivos dos consensos necessários para que se chegue a uma solução que seja humana, que seja digna.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- *Por fim quero registar que soube, através de testemunhos que tenho ouvido aos meus pais e a pessoas deles contemporâneos, que Mangualde, num passado já remoto, aquando da segunda grande guerra, abriu as suas portas a refugiados, tendo diversas famílias acolhido no seu seio crianças que posteriormente regressaram aos seus países e aos seus lares.* -----

---- *Que sejamos todos capazes de estar à altura dos desafios que atualmente enfrentamos!*” -----

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de trinta de junho de 2015, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na reunião mencionada. -----

-----**ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

---- A senhora Doutora *Leonor Pais* informou que no dia dez de setembro do corrente ocorreu uma reunião entre alguns membros da Assembleia Municipal e o Revisor Oficial de Contas (ROC) da autarquia. Nessa reunião estiveram presentes os senhores: Doutora Leonor Pais, Dr.^a Paula Osório, colaboradora da Câmara Municipal que assessora a Assembleia Municipal de Mangualde, Eng.º João Tiago, Dr. Sobral Abrantes e Rui Vaz. Esta reunião sucedeu devido às múltiplas questões que eram levantadas nas sessões da Assembleia Municipal, e na, pelo menos aparente, insuficiência de respostas necessárias para satisfazer as dúvidas que eram colocadas. Optou-se por levar a efeito uma reunião presencial onde todas as questões pudessem ser colocadas e todas as respostas pudessem ser fornecidas. -----

---- Esta reunião decorreu com absoluta normalidade e foi concluída com uma questão formulada pela senhora presidente da Assembleia Municipal aos membros presentes: se ainda subsistia alguma dúvida por esclarecer. A resposta obtida foi de que todas as questões foram adequadamente respondidas. -----

---- A senhora *presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos membros da Assembleia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De registar, nos termos do artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal, complementado com o mais estabelecido nos artigos 77º e 79º na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alterado pela Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro e Lei nº 1/2011, de 20 de Novembro, os pedidos de suspensão dos mandatos, datados de 18 de setembro corrente, do membro municipal, senhor Jaime Sousa Pinto Almeida, pelo período de trinta dias, e do senhor Marco André Pessoa Fonseca Machado, pelo período de trezentos e sessenta e cinco dias. -----

---- A suspensão dos mandatos em causa deve-se a razões profissionais dos membros municipais em questão. -----

---- Segundo o artigo 48º, do mencionado Regimento, a senhora presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém pretendia fazer alguma apreciação a este pedido, não tendo havido quaisquer intervenções. -----

---- A senhora Doutora *Leonor Pais* referiu que o período de tempo era contado a partir do presente dia e que, nos termos do artigo 79º, já referido, o senhor Jaime Sousa Pinto Almeida iria ser substituído pelo senhor Alberto José Abreu Figueiredo, e o senhor Marco André Pessoa Fonseca Machado, iria ser substituído pela senhora Madalena Fátima Silva.--

---- Nos termos do artigo 76º, nº 4, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo-se apresentado à sessão a senhora Madalena Fátima Silva, foi verificada a sua identidade e legitimidade, pelo que se considerou legítima substituta do membro municipal.-----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----A senhora Dr.^a *Palmira Frutuoso* interveio para, em nome da bancada do P.S., apresentar um voto de agradecimento a enaltecer o grande esforço pelo desempenho, na passada época de fogos que assolou o concelho de Mangualde, por mais que uma vez, do corpo de Bombeiros Voluntários de Mangualde, da Proteção Civil de Mangualde, não esquecendo a G.N.R. de Mangualde, outras corporações de bombeiros que se deslocaram ao concelho e outras forças militarizadas, presidentes das juntas de freguesia, bem como toda a população em geral, pois só com o esforço de todos, às vezes no seu limite, a união de todos venceu esta batalha.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que se congratulava e subscrevia as palavras da senhora Doutora Leonor Pais e que a situação dos migrantes era algo que nos devia tocar a todos e particularmente ao povo português que era um povo de imigrantes. Portugal e o povo de Mangualde deveriam estar abertos a esta situação para apoiar estas pessoas e obviamente nunca esquecer o apoio nas questões de segurança. -----

-----A bancada do P.S.D/C.D.S subscrevia também o voto expresso pela senhora Dr.^a Palmira Frutuoso, agradecer aos Bombeiros Voluntários de Mangualde o seu desempenho, num ano particularmente crítico no concelho de Mangualde a nível de incêndios.-----

-----O senhor Dr. Sobral Abrantes propôs ainda um voto de pesar pelo falecimento de uma ilustre mangualdense, a senhora professora Isabel Norte, uma amiga, pedagoga. Uma benemérita para diversas associações do concelho, nomeadamente para os Bombeiros Voluntários, Centro Paroquial da Cunha Baixa, e também enaltecer o seu trajeto político, pois foi a primeira mulher a ser presidente de junta de freguesia no concelho de Mangualde e o seu empenho à causa pública sempre desapegado de qualquer interesse pessoal. A Cunha Baixa e o concelho de Mangualde ficaram mais pobres. -----

-----A senhora Doutora *Leonor Pais*, em nome de todos os membros da Assembleia Municipal de Mangualde, associou-se ao voto de pesar proposto, pelo que o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

-----O senhor *João Gonçalves* lembrou o caso do canil em Fagilde, para o qual solicitou a intervenção da senhora presidente da Assembleia Municipal, a qual disse não ter ainda resposta da Câmara Municipal de Mangualde, mas que sabia que o processo já tinha tido andamento. Tinha tido acesso a documentos em que a Câmara Municipal tinha mandado embargar a obra e depois mandaram demolir, o facto era que até ao dia de hoje o canil continua no ativo e alterado. Questionava se os serviços da Câmara Municipal foram ao local e o que ficou decidido, pois estava escrito que este violava o PDM municipal. Esta obra prejudicava as pessoas, o ambiente, e tal como foi dito na sessão da Assembleia Municipal anterior, antes que crie outros problemas, este assunto deveria ser resolvido. -----

-----Relativamente aos incêndios em Mangualde, era uma injustiça ao que se assistiu, todos os anos os bombeiros voluntários lutam e arriscam a vida, pelo que apelava ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor presidente da Câmara Municipal, como chefe da proteção civil municipal, que intervisse para que os comandos deixassem de estar descomandados. Era um problema de comando, pois os incêndios ocorrem todos os anos, e de alguns anos para cá a situação tem vindo a piorar, e os bombeiros sentem-se incapazes porque não têm quem os comande como deve ser. Assistiu-se ao grande incêndio em Mangualde e os bombeiros queriam atuar e não podiam, porque se o fizessem seriam castigados, o que era lamentável. -----

---- A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* deu as boas vindas à senhora Dr.^a Madalena Silva e desejava que esta se sentisse bem na companhia dos restantes membros da Assembleia Municipal de Mangualde. -----

---- Questionava o senhor Dr. João Azevedo relativamente à alteração ao regulamento de abastecimento de água ao concelho de Mangualde em que foi dito que se iria solicitar um parecer prévio à ERSAR. Passados nove meses nada se sabe sobre o dito parecer e gostaria de saber qual o ponto da situação. -----

-----A senhora Dr.^a *Cristina Matos* interveio para expressar a sua preocupação relativamente ao Agrupamento de Escolas de Mangualde que tem tido um ensino articulado da música com muito sucesso, a demonstrá-lo estava a formação da Orquestra Poema, e que este ano o apoio do Conservatório de Viseu vinha sendo muito diminuto, porque a tutela, deu, especialmente para Viseu, pouco orçamento e neste momento, numa turma do quinto ano, só oito alunos estavam a ser beneficiados, ou seja, era-lhes gratuito o ensino articulado da música, quando habitualmente eram trinta alunos. -----

-----Sabia-se que noutras regiões do país, como Lisboa, Porto, os alunos têm acesso a este tipo de ensino. Continuamos a ser preteridos, a ser a periferia, e havia a necessidade de nos manifestarmos e de dizer que também tínhamos valor para que os nossos alunos também tenham as mesmas oportunidades que os outros. -----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Dr. *João Azevedo*, subscreveu o que foi expresso pelos senhores Dr.^a Palmira Frutuoso e Dr. Sobral Abrantes e cumprimentou a senhora Dr.^a Madalena Silva, visto estar nesta Assembleia Municipal pela primeira vez como membro eleito. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Relativamente aos fogos florestais, a Autoridade Nacional da Proteção Civil, ao longo dos anos, tem tido um contacto direto com a autarquia e com o apoio da Proteção Civil Municipal e dos Bombeiros Voluntários de Mangualde. O comando dos Bombeiros é uma decisão tutelar, de hierarquia, daqueles que sabem qual o trajeto a fazer nos teatros de operação. Tinha tido a oportunidade de acompanhar, há já alguns anos, o combate aos incêndios e acreditava que hoje os meios eram muito mais eficazes na decisão, no planeamento, na preparação, nos briefings, nas reuniões preparatórias, na abertura de caminhos e de aceiros, na informação e na preparação dos presidentes de junta de freguesia e nos kits de apoio preventivo. Respeitava os Bombeiros Voluntários e o Comando, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, e principalmente as regras que eram determinantes na ação de combate, nomeadamente pelo fogo tático. -----

-----Um fogo daquela natureza só era eficazmente combatido se houver meios aéreos. Houve uma ligação direta com o Gabinete do senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. João Almeida, que de uma forma permanente lhe comunicou o que estava a ser feito no terreno. -----

-----O Plano Municipal foi ativado para que os meios fossem todos operacionais e todo o momento de atividade foi comandado com a Autoridade Nacional da Proteção Civil, com o senhor comandante e com o senhor Secretário de Estado. -----

-----A questão do ensino articulado deve ser transversal a todas as pessoas. O concelho de Mangualde tem demonstrado interesse na promoção e educação da música junto do ensino público. Este tem que ser valorizado por todos, o que representa apoiar as famílias que não têm condições para poder pagar os estudos da música e outros estudos complementares. A decisão de retirar mais de duas dezenas de participações para os alunos do concelho de Mangualde para o ensino artístico da música era um violento ataque ao interior, à coesão territorial e por isso fazia um apelo para que a Assembleia Municipal, e visto que a Câmara Municipal de Mangualde já tomou a iniciativa de solicitar uma audiência com o senhor Ministro, no sentido de questionar também como iria ser resolvido o apoio que tem sido dado ao ensino artístico em Mangualde, até como complemento daquilo que era o nosso potencial da primeira grande orquestra municipal regional que hoje tem um impacto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enorme no nosso concelho, mas também fora do concelho. A Assembleia Municipal de Mangualde deverá também tomar as suas diretrizes e tomar uma posição clara sobre esta matéria. -----

-----O senhor Dr. João Azevedo informou ainda que a questão do regulamento de abastecimento da água e do parecer da ERSAR, este foi solicitado e chegou há poucas semanas à Câmara Municipal pelo que havia apenas umas questões de redação que estavam a ser analisadas. Havia ainda a necessidade de submeter à plataforma da ERSAR as taxas.-----

----- Quanto ao canil o senhor Eng.º Joaquim Patrício falaria sobre o assunto. -----

-----O senhor vice-presidente Eng.º *Joaquim Patrício* explicou que os conceitos de embargo, contraordenação, posse administrativa e demolição andavam um pouco afastados desta Câmara Municipal há já muito tempo. A partir de 2009 esses conceitos começaram a ter operacionalização. A posse administrativa e a demolição não funcionavam por pedidos, havia procedimentos técnicos e jurídicos a cumprir. No caso do canil de Fagilde o particular foi notificado para legalizar a obra. Se eventualmente esta for legalizada, o processo era fácil, caso contrário, porque por exemplo ultrapassa os índices construtivos para o terreno em causa, o particular volta a ser notificado no sentido de demolir a obra dentro de determinado prazo. Este processo pode demorar muito tempo, até porque os advogados podem solicitar documentação e fazer alegações diversas o que origina a posse administrativa. Antes deste tipo de processo também havia a necessidade de fazer um orçamento sobre a possível demolição para que a Câmara Municipal possa ser ressarcida desse valor.-----

-----No caso do canil, o proprietário, o queixoso, a G.N.R e os operacionais da Câmara Municipal foram notificados para se deslocarem ao local pelo que elaboraram o respetivo auto de posse administrativa onde constava que o canil tinha deixado de ser uma edificação definitiva para ser provisória. Esta situação foi analisada pelos serviços da Câmara Municipal e existe um despacho no sentido de ser demolida a edificação porque esta ultrapassa os índices de construção para o local. Neste caso concreto também foi consultado o veterinário para que se pudesse salvaguardar os animais.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* congratulou-se com a visita do senhor Secretário de Estado Dr. Sérgio Monteiro a Mangualde para assinatura da adjudicação da obra da rotunda da PSA-Citroen no valor de 255000,00€ (duzentos e cinquenta e cinco mil euros) mais IVA. A Câmara Municipal e a PSA-Citroen também vão compartilhar esta obra com 20000,00€ (vinte mil euros) cada um.-----

-----Congratulava ainda pela deslocação do senhor Dr. Sérgio Monteiro a Chãs de Tavares que informou que também se encontrava aberto concurso público para a construção da rotunda de Chãs de Tavares, pelo valor de 390000,00€ (trezentos e noventa mil euros) mais IVA. -----

-----O senhor Dr. Sobral Abrantes agradeceu e salientou a forma correta e elevada como o senhor Secretário de Estado e restante comitiva foi recebida pelo senhor presidente da União de Freguesias de Tavares.-----

-----Sobre a abertura do ano letivo congratulou-se pela forma como foi realizada, e questionou o senhor presidente da Câmara Municipal sobre quais foram os apoios que a Câmara Municipal prestou aos alunos do ensino básico, e se os houve ou não. -----

-----Ainda relativamente a apoios, questionou sobre o apoio social a uma família de Outeiro de Espinho na reconstrução de uma casa de habitação que a Câmara Municipal se comprometeu a ajudar. Passado este tempo a casa continua sem condições de habitabilidade e por isso dizia que cinco anos era demais.-----

-----Relativamente às diligências que já devem estar a decorrer para a elaboração do PPI e Orçamento para 2016, tem sido praxe nesta Câmara Municipal não consultar a oposição, ao contrário do que já acontece nalguns municípios, questionava se estavam a ser levados em conta vetores primordiais como os setores do saneamento e das águas.-----

-----Na Comunidade Intermunicipal Mangualde foi apontado como um dos exemplos negativos neste setor, pelo que a Câmara Municipal deveria apostar seriamente no sentido de deixar de haver aldeias em Mangualde sem saneamento básico e sem água. -----

-----Outra obra que tem sido atrasada, diz-se que por problemas burocráticos, a rotunda do Cruzeiro da Lama, entre Lobelhe do Mato e Alcafache, questionava se seria no próximo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento que era contemplado e assim terminada uma vez que a obra estava parada há cerca de seis anos.-----

-----O senhor *João Gonçalves* retomou a assunto dos fogos florestais para questionar como era que um comandante dos bombeiros em Lisboa sabia o que se passava em Mangualde ou tinha conhecimento das localidades em concreto. Se fossem só os bombeiros locais era mais fácil atuarem na hora, porque de ano para ano cada vez arde mais área, e nesse sentido apelava a quem pudesse fazer chegar a quem decide que a Lei fosse alterada para que não houvesse tentas hierarquias aquando da resolução destes problemas.-----

-----Relativamente ao canil em Fagilde, se de facto os serviços da Câmara Municipal entre outros já se deslocaram ao local, porque não fizeram a demolição se a Lei até lhes faculta o pedido de mandato e a remoção de obstáculos.-----

-----Tomou a palavra o senhor Dr. Marco Almeida para dizer que a bancada do P.S se congratulava com a boa nova trazida pelo senhor Dr. Sobral Abrantes, sobre a comparticipação do governo ao concelho de Mangualde, no valor de 210000,00€ (duzentos e dez mil euros). Depois de tantas promessas ao longo dos quatro anos de governação PSD/CDS, aquilo que os mangualdenses podem contar é com 210000,00€ (duzentos e dez mil euros) para a construção de duas rotundas. Continua-se à espera que o senhor Secretário de Estado venha cumprir a outra boa nova expressada pelo Dr. Sobral Abrantes há cerca de seis meses, sobre a conclusão da autoestrada Coimbra-Mangualde e o ramal de ligação ferroviário com ligação à PSA. -----

-----Ao senhor João Gonçalves o senhor Dr. *João Azevedo* respondeu que compreendia que ele quisesse mudar as regras, mas para isso sugeria que solicitasse uma reunião ao senhor Secretário da Administração. -----

-----O incêndio que ocorreu dentro da cidade de Mangualde foi um fogo que dificilmente tinha uma direção por antecipação. Houve cento e cinquenta habitações em risco, e questionava qual seria o comando neste país que conseguia controlar um fogo assim.-----

-----Quanto à vinda do senhor Secretário de Estado a Mangualde, não era só a Junta de Freguesia da Chãs que sabia receber, a Câmara Municipal também teve a honra de receber

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o senhor nos Paços do Concelho. O senhor Dr. Sérgio Monteiro sempre foi bem recebido em Mangualde, ao contrário de outros ministros que no passado nem sequer foram recebidos. E esses também fizeram investimento no concelho de Mangualde. -----

-----O senhor Dr. Sérgio Monteiro certamente fez o que pode, mas quanto a investimento, entre Satão e Viseu houve um investimento de aproximadamente 6000000,00€ (seis milhões de euros). De qualquer forma o concelho estava agradecido ao senhor Secretário de Estado por ter feito algum investimento em Mangualde, e desejava que o futuro governo continuasse a investir no concelho. -----

-----Quanto à ferrovia, era necessário que continuasse a haver um interface de mercadorias e passageiros em Mangualde, e que os governos assim o assumam e registem na plataforma logística de Mangualde, quer pelo histórico de empresas exportadoras em Mangualde quer pela sua posição geoestratégica. Existe o terminal ferroviário internacional em Mangualde que dá a possibilidade de no Plano de Mobilidade da Comunidade Intermunicipal fazer a aproximação dos passageiros e das mercadorias desta região em Mangualde. -----

-----Relativamente à rodovia aguardava que pudesse ser uma realidade, a construção do troço entre Mangualde e Canas de Senhorim. Havia que ter a capacidade de isenção, de dizer que ainda nenhum governo conseguiu concluir o IC12. -----

-----As Etar, em quarenta anos de poder local eleito democraticamente existem seis Etar no concelho, quando este executivo tomou posse pela primeira vez existiam quatro. Já foi apresentado concurso em reunião de Câmara Municipal para o lançamento da Etar Norte, junto à A25, que representa um investimento de mais de 3000000,00€ (três milhões de euros), com participação dos fundos comunitários. Também foi aprovado em overbooking a Etar de St.^a Luzia e de Almeidinha para que o município possa ser ressarcido. Isto deveu-se ao facto do Estado acreditar que este investimento foi corajoso, ao contrário do passado em que nada se fez. -----

-----Durante anos o alto concelho não teve água tratada pela barragem de Fagilde e só agora foi executada a obra que deu qualidade de vida à população da Freixiosa, Corvaceira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e Chãs de Tavares, o que representava mais investimento em cinco anos do que daqueles que cá estiveram mais de uma década.-----

-----No concelho de Mangualde eram necessárias mais de vinte Etar, e durante anos não houve candidaturas da Câmara Municipal aos quadros comunitários com participações a 80% e 100%.-----

-----Quanto a outro tipo de propostas havia muito para fazer, mas as convicções deste executivo sobre a defesa dos interesses dos mangualdenses era libertar algum dinheiro de tesouraria para se poder fazer candidaturas a quadros comunitários para se fazer mais investimento: no saneamento, no abastecimento de água, na regeneração urbana da cidade. Ontem foi apresentada uma proposta sobre aquilo que se pretende para a cidade de Mangualde, e foi conseguido o maior investimento de sempre na autarquia, entre sete a dez milhões de euros de investimento na regeneração urbana no domínio público e no privado, o que vai permitir que em Mangualde possa haver privados com capacidade de investimento e permitir que a cidade seja mais apelativa, competitiva e com que haja mais acessos de mobilidade condicionada. -----

-----A dívida foi reduzida e este executivo conseguiu reequilibrar as finanças do município o que levará num futuro próximo à redução dos impostos municipais. Assim Mangualde será colocado no eixo regional das trinta e uma cidades da região centro que pertence a um projeto comunitário que permite a reabilitação da cidade. -----

-----Quanto ao PPI e Orçamento estava a ser pensado dentro do contexto financeiro que existia, e dentro daquilo que são as obrigações perante o Plano de Saneamento Financeiro, para assim se colocar a Câmara Municipal numa situação de excelência em termos financeiros para se contribuir e melhorar o apoio às pessoas mais necessitadas. -----

-----O senhor vice-presidente Eng.º *Joaquim Patrício* esclareceu que havia regras para as demolições e que o canil em causa tinha poucos animais. -----

-----No setor da educação tem-se feito um grande investimento, e a articulação entre Agrupamento de Escolas e Câmara Municipal era excelente, quer na componente letiva quer na componente de apoio à família e quer na componente social, as verbas atribuídas variam entre 8,50€ (oito euros e cinquenta cêntimos) a 22,50€ (vinte e dois euros e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinquenta cêntimos) por criança em função de serem ou não da cidade, do pré-escolar ou do primeiro ciclo. Além deste apoio também havia protocolos celebrados com diversas IPSS para fornecerem transportes e/ou refeições. Também nas despesas de funcionamento, da Escola Ana de Castro Osório e Gomes Eanes de Azurara, a Câmara Municipal fazia um grande investimento. Relativamente a infraestruturas se forem visitadas, as várias Escolas ou Jardim-de-infância no concelho, pode verificar-se que existe a grande preocupação com a manutenção, por exemplo, nestas escolas e jardim-de-infância existe internet o que contribuía para uma melhor aprendizagem. Existe ainda o regime da fruta, através de um protocolo era fornecido uma peça de fruta a todas as crianças destes anos letivos ao longo do ano. Havia ainda situações de crianças cujas famílias não conseguiam pagar a refeição escolar e que a Câmara Municipal assumiu o compromisso de que nenhuma criança ficasse sem refeição.-----

-----Os livros escolares e o material didático eram comparticipados pela Câmara Municipal através do Agrupamento de Escolas pelas verbas já referidas. Durante o ano, em articulação com a Biblioteca Municipal, as Piscinas Municipais, e o Setor do Turismo, as crianças têm desenvolvido algumas atividades extracurriculares. -----

-----Ainda quanto à edificação em Outeiro de Espinho, o processo tinha que ser resolvido entre o empreiteiro e o particular, a pessoa não estava a morar lá e a Câmara Municipal já disponibilizou o valor de 5000,00€ (cinco mil euros) que foi para resolver problemas de infiltrações.-----

---- A senhora *Doutora Leonor Pais* propôs, nos termos do n.º 2, do artigo 50.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a introdução de um novo ponto na Ordem do Dia: ***Ponto Décimo - Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar em 2016” - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal”***.-----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que se havia a pretensão de que este assunto fosse esclarecido em setembro, se estava na Lei e havia a informação da Administração Tributária (AT) que os valores para cálculo do IMI seriam fornecidos até meados de setembro, se houvesse dialogo entre a Câmara Municipal e Assembleia Municipal sendo esta sessão realizada num dos próximos dias, não seria necessário apelar para a norma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referida. A introdução deste ponto não dependia só da maioria de 2/3, mas sim da urgência do assunto, pelo que questionava a Mesa da Assembleia Municipal de Mangualde se de facto foi consultada sobre o assunto e o porquê desta sessão ser marcada para o dia de hoje.

---- A senhora Doutora *Leonor Pais* esclareceu que esta sessão tinha sido agendada há cerca de quinze dias atrás e de certa forma condicionada pela sua presença no país. Na altura ainda não havia a condicionante dos dados sobre o IMI que foram disponibilizados no dia quinze do corrente, e que a AT só forneceu os dados sobre o agregado familiar nessa altura. Quando foi marcada a sessão de setembro estes dados não existiam e como iria estar ausente do país a partir do dia seguinte, tinha pensado por bem que a data de hoje seria a ideal. Também haviam sido acauteladas as reuniões do executivo. Contudo, se os membros da Assembleia Municipal acharem por bem não incluir este ponto extra, haverá a necessidade de fazer todos os esforços para que este ponto seja discutido em novembro procurando antecipar o mais possível a próxima sessão da Assembleia Municipal de modo a evitar uma sessão extraordinária. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que a informação da AT estava disponível no site desde o dia vinte e oito de agosto do corrente e que explicitava que os dados sobre o agregado familiar estariam disponíveis no dia quinze de setembro. Compreendia os argumentos da senhora presidente da Assembleia Municipal, mas não eram impeditivos de nenhum membro ultrapassar estes condicionalismos. -----

---- Relativamente a esta proposta, estava escrito na Lei e no Regimento da Assembleia Municipal de Mangualde que se houver urgência reconhecida por maioria de 2/3 dos membros é que se podia introduzir um ponto extra. Para que este ponto fosse de urgência era necessário que este assunto tivesse que ser aprovado até ao dia trinta de setembro, o que não era o caso. Na informação da AT era dito que a comunicação do IMI à AT era feita até ao dia trinta de novembro. Neste momento não estava reunido o requisito legal da urgência, porque este ponto pode ser aprovado na próxima sessão, pelo que a bancada da coligação votaria contra a sua inclusão. -----

---- O senhor Eng.º *João Tiago* disse que a noção de urgência dependia de vários critérios. Podia ser pouco urgente relativamente ao cumprimento de calendário, podia ser urgente do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto de vista político. Governar, gerir, ter a tutela sobre a decisão implicava a chamada ética da responsabilidade. Esta diz-nos que a postura perante alguns assuntos deve manter o mínimo de coerência para que haja uma discussão a bem do bem comum. O IMI foi discutido em reunião de Câmara Municipal e os vereadores da coligação não disseram que não era urgente aprovar este assunto. A descida do IMI, objetivo unânime do município, citado várias vezes por ambas as bancadas era uma situação importante. -----

---- Quem apresentava sucessivamente proposta de baixa de impostos, sem apresentar contudo qualquer cálculo de impacto nas finanças públicas, meramente por oportunismo político, se serve agora de um conceito vago de “urgência”, significa que politicamente só havia uma interpretação, a de que se pretende adiar uma discussão com a qual não se sente confortável. Se isto acontece era porque não estava confortável com a tomada de posição dos vereadores do mesmo partido. Não tinham uma alternativa a propor à Câmara Municipal a não ser a fuga procedimental. -----

---- No P.S era urgente baixar os impostos, assim como era urgente nesta Câmara Municipal discuti-los. Até se pode dizer que em novembro ainda havia tempo, mas quem fez esta proposta de IMI foi a Câmara Municipal que se endividou. Não foram os membros da Assembleia Municipal que ajudaram a Câmara Municipal a se endividar e que vestem a pele de cordeiros para querer tirar os impostos. -----

---- A posição a tomar era clara, ou se estava com o zelote da Lei ou se estava com os interesses dos munícipes mangualdenses. -----

---- A senhora Dr.^a *Fátima Tavares* explicou que pela primeira vez nesta Assembleia Municipal se sentia numa posição muito desconfortável, pelo que pedia desculpa ao senhor Dr. Sobral Abrantes, que era um excelente líder de bancada e que era uma pessoa que para além de saber muito de política sabia muito de leis. Vacilava na sua intenção de voto quanto à introdução do ponto extra, mas o mesmo seria de abstenção. Em primeiro lugar porque a Assembleia Municipal de Mangualde era o sítio onde, por excelência, se exercia a democracia, nunca ninguém na sua bancada lhe impôs votar contra ou favor, sempre votou de acordo com a sua consciência. Em segundo lugar, não a chocava inserir mais um ponto, se já havia nove passariam a dez. Também manifestava o seu desagrado quando lia uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ata que tinha cerca de catorze páginas antes da ordem do dia, muitos dos assuntos eram interessantes, outros desagradavam de certa maneira, eram cansativos. Se todos os membros presentes se preocupassem em trazer propostas para acrescentar valor à vida dos mangualdenses seria muito mais útil, e esta hora e meia em que se estava a conversar traduzia-se em resultados mais positivos para o concelho.-----

---- Tomou a palavra a senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes* para dizer que não recebeu os documentos sobre o IMI, e que apenas tinha recebido um email dos serviços da Assembleia Municipal, quando de facto o mesmo deveria ser enviado pela senhora presidente da Assembleia Municipal. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* retorquiu que não havia dito que a Câmara Municipal tinha cometido qualquer ilegalidade, o procedimento da mesma era de que a aprovação do IMI em reunião extraordinária cumpria todos os formalismos legais. Nas assembleias municipais as sessões ordinárias e extraordinárias tinham procedimentos diferentes. -----

---- A senhora Doutora *Leonor Pais* disse que iria colocar à votação a inclusão do ponto extra porque para si a urgência era multidimensional, do ponto de vista da Lei podia não ser urgente, mas, para ela, a partir de outros pontos de vista era inequivocamente urgente. Há muita coisa legal que é imoral e podendo até ser menos “legal” a inclusão deste ponto para si era absolutamente moral. É urgente aliviar a pressão psicológica das/nas famílias. Quanto mais depressa as pessoas puderem antecipar o pagamento de contas mais suaves melhor. Um desconto de 20% no IMI para famílias com três filhos ou dependentes é um desconto significativo e quanto mais depressa se puder dar esta boa nova às famílias melhor.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra dos senhores: Dr. Sobral Abrantes, Dr.^a Patrícia Fernandes, João Gonçalves, Adelaide Almeida e Rui Vaz, da bancada da coligação P.S.D/C.D.S., e a abstenção da Dr.^a Fátima Tavares, da bancada da coligação P.S.D/C.D.S. Contudo, a inclusão de propostas não constantes da Ordem do Dia das reuniões ordinárias dependem de deliberação tomada por, pelo menos, dois terços do número legal dos membros da Assembleia Municipal. Estando presentes vinte e sete membros dos trinta e três que constituem a Assembleia Municipal de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mangualde, esta votação não cumpriu a maioria de dois terços prevista na Lei acima mencionada. Em suma, tendo votado favoravelmente 21 membros, este Ponto Décimo não foi incluído na ordem do dia para discussão e votação. -----

-----*Ponto Primeiro da Ordem do Dia* **“Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo”**-----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----*Ponto Segundo da Ordem do Dia* **“Segunda Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2015/Plano Plurianual de Investimentos”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* propôs que os pontos segundo e terceiro, pela sua inerência, fossem discutidos em conjunto, o que foi aceite por unanimidade.-----

-----Tomou a palavra o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para dizer que os mangualdenses podiam estar psicologicamente descansados porque a proposta do IMI estava dentro do prazo, e se conhecerem a maioria desta Câmara Municipal saberiam o resultado da votação, e que certamente seria aprovado. -----

-----Quanto a estas revisões o procedimento da bancada da coligação era a de não debater estas questões pelo que se iriam abster.-----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação P.S.D/C.D.S. -----

-----*Ponto Terceiro da Ordem do Dia* **“Segunda Revisão ao Orçamento para o ano de 2015”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação P.S.D/C.D.S. -----

-----*Ponto Quarto da Ordem do Dia* **“Taxa Municipal do Direito de Passagem – Percentual a aplicar em 2016”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que sendo este o valor máximo possível de aplicar, mas ao mesmo tempo tão residual que não faria sentido a bancada da coligação propor uma redução pelo que votariam a favor. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, aplicar a taxa municipal de 0,25%. -----

-----*Ponto Quinto da Ordem do Dia “Participação no IRS em 2016”* – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que à semelhança dos anos anteriores o valor desta taxa mantém-se e que não correspondia ao limite máximo possível de aplicar, e dentro da situação económica e financeira do país, do município, os valores em causa eram manifestamente adequados, pelo que a bancada da coligação votaria favoravelmente. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, uma participação de 4% no IRS. -----

-----*Ponto Sexto da Ordem do Dia “Derrama para o Ano de 2016”* - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

-----A senhora Dr.^a *Patrícia Fernandes*, em nome da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S, disse que sendo este valor de 1% a sua bancada votaria favoravelmente. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade o lançamento de derrama à taxa de 1%. -----

-----*Ponto Sétimo da Ordem do Dia “Relatório de Acompanhamento do PAEL – 9º trimestre de execução, abril a junho de 2015”* – Aprovação e Votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal -----

-----Interveio o senhor *Rui Vaz* para dizer que após a análise dos pontos sétimo e oitavo, a bancada da coligação não tinha qualquer objeção a fazer pelo que votariam a favor. -----

-----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

-----*Ponto Oitavo da Ordem do Dia “Situação económica e financeira do Município de Mangualde - 1º semestre de 2015 - Informação do Revisor Oficial de Contas nomeado pela A.M.M.”* – conhecimento -----

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

-----*Ponto Nono da Ordem do Dia* “**Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 18 de junho a 14 de setembro, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, em 18 de dezembro de 2014, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2**” – conhecimento -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* questionou o senhor presidente da Câmara Municipal relativamente à prestação de serviço de cobrança das faturas da água, débito direto e ao serviço de disponibilização da modalidade de pagamento por multibanco, a adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo no valor de aproximadamente 30000,00€ (trinta mil euros), quais foram os procedimentos realizados: se houve concurso público, quais as entidades convidadas, quais os preços apresentados, ou se foi ajuste direto, quem foi convidado para apresentar propostas. Relativamente ao preço mencionado, neste documento estava expresso, que em dois anos as referências multibanco custam 17994,00€ (dezassete mil novecentos e noventa e quatro euros), como era calculada esta proposta, se correspondia a cada fatura de água um valor, ou este valor era fixo e tanto se referia a uma como a mil faturas.-----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Dr. *João Azevedo*, disse que quanto ao procedimento de contratação iria ser colocada a questão ao chefe de divisão financeira. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* solicitou que lhe fosse facultada cópia da documentação do processo em causa.-----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* informou que este assunto estava descrito na ata de reunião de Câmara Municipal. -----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* retorquiu que se este fosse um ajuste direto não estava na ata. -----

-----A senhora Doutora *Leonor Pais* lembrou que na reunião com o ROC já mencionada ficou decido que a presença do responsável pelos serviços de contabilidade, para prestar informações técnicas, seria algo útil nesta Assembleia Municipal. Tendo endereçado o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pedido à Câmara Municipal ainda não havia obtido resposta. Era importante que este tipo de questões fosse esclarecido por quem de direito, não era o senhor presidente da Câmara Municipal que tinha que se lembrar de todos os procedimentos efetuados nos serviços.-----

-----O senhor Dr. *João Azevedo* informou novamente que este assunto foi discutido e votado em reunião de Câmara Municipal.-----

-----Quanto ao chefe de divisão financeira, foi-lhe solicitada informação quanto ao facto de estar presente nas sessões da Assembleia Municipal, e há alguns meses atrás a bancada do P.S.D/C.D.S não quis permitir a presença do mesmo na Assembleia Municipal para esclarecer os presentes relativamente a outro assunto.-----

-----A senhora Doutora *Leonor Pais* informou que na reunião com o ROC também o senhor Dr. Sobral Abrantes expressou o seu entendimento quanto à presença do chefe de divisão financeira. Havia referido não ser muito bem-vinda, porque era difícil distinguir e discriminar informações técnicas, da expressão de opinião própria. O Regimento da Assembleia Municipal permitia à presidente solicitar a presença de pessoas que venham prestar esclarecimento, e foi nesse contexto que havia sido entendido que essa era uma presença útil nas sessões.-----

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que houve um mal-entendido, não tinha expresso a sua concordância com a presença do chefe de divisão financeira, e que o que tinha dito foi que a intervenção nos debates da Assembleia Municipal era restrita aos deputados municipais, ao presidente e vereadores da Câmara Municipal com autorização do presidente da Câmara Municipal ou em defesa da honra. Nunca tinha visto na Assembleia da República haver qualquer técnico a dar explicações.-----

-----Questionava a senhora presidente da Assembleia Municipal sobre qual era o artigo do Regimento que mencionava a possível presença de um técnico na Assembleia Municipal. --

-----A senhora Doutora *Leonor Pais* respondeu ao senhor Dr. Sobral Abrantes que iria fazer uma reunião com a senhora Dr.^a Patrícia Fernandes para esclarecerem a interpretação do Regimento, visto que foi uma das intervenientes na sua elaboração.-----

-----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

-----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

---- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade, e assinada pelos membros da Mesa. -----

---- Em seguida, quando eram vinte e três horas e dez minutos do dia vinte e quatro de setembro, a senhora *presidente da Assembleia Municipal* deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

-----Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -

O/A Presidente,

O/A 1^o/a. Secretário/a,

O/A 2^o/a. Secretário/a,
